



A dinâmica do emprego formal no Brasil da década de 1990 e as tendências de reestruturação territorial

Rodrigo Nunes Ferreira¹

Ralfo Matos²

1 - Introdução

No plano macroeconômico a década de 1990 foi marcada pela adoção das políticas neoliberais, que resultaram na ruptura com o padrão desenvolvimentista assentado no velho tripé formado pelos capitais estatal, nacional e internacional. Neste contexto de mudança, não houve de imediato um consenso entre os estudiosos do assunto sobre os impactos das práticas liberalizantes numa economia que há anos se desenvolvia sobre os auspícios de um Estado regulador e interventor.

Bertha Becker (2004, p. 13) destaca o rompimento, nas últimas décadas, com o clássico padrão cepalino de análise do tipo *centro- periferia*, que antes tanto serviu para compreender a dinâmica da produção do território nacional. Isso porque as periferias não são mais apenas consumidoras de produtos industrializados e exportadoras de recursos.

Neste cenário, duas grandes visões disputam espaço no debate. De um lado os que defendem a tese da reconcentração da produção de riquezas em torno da capital paulistana, interpretando o processo como uma ampliação do raio da região concentrada, ou o *desenvolvimento poligonal* (Diniz, 1993).

De outro lado, os que acreditavam numa fragmentação da economia nacional, do ponto de vista espacial, incentivada pela atuação das políticas dos anos 70 de descompressão do desenvolvimento regional. Tal visão aponta para a importância crescente da inserção dinâmica de “ilhas de eficiência” ligadas diretamente ao mercado externo (Pacheco, 1996). Assim estaria selada a fase da complementaridade regional, forjada nas décadas anteriores, como característica principal da economia nacional. Teríamos, portanto, sua substituição pela *integração competitiva do território* (Becker,

¹ Programa de pós-graduação em Geografia/IGC/UFMG – Minas Gerais: rnf@ufmg.br

² Departamento de Geografia/IGC/UFMG: ralfo@igc.ufmg.br

1991; Araújo, 2000), da qual faz parte a guerra fiscal travada entre os entes federativos para atrair investimentos.

Propostas mais recentes buscam conciliar esta duas visões, apontando para o incremento da heterogeneidade do país do ponto de vista de sua dinâmica econômica. Portanto seria possível que os dois processo tenham acontecido de maneira complementar ao longo do período, como desataca Diniz (2001),

“tentando compatibilizar a tese da fragmentação com a tese da reconcentração macro espacial, é possível pensar que a heterogenização do país se faz pela inserção internacional dos nichos produtivos ao mesmo tempo em que os setores mais modernos tecnologicamente e mais integrados tendem a se reconcentrarem no macro-espço mais desenvolvido do país”.

Ao que tudo indica, tem havido mudanças importantes na utilização do território, como resultado de “uma seletividade maior na distribuição geográfica dos provedores de bens e serviços”, processo que se agravaria mediante à tendência de concentração das atividades econômicas quando guiadas estritamente pela lógica do mercado (Santos e Silveira, 2001, p. 302)³. Tal visão, aponta para o fenômeno de homogeneização e fragmentação do espaço nacional, na passagem de um modelo de gestão “fordista” do território para um modelo liberal baseado na competitividade.

1.1 - Geração de empregos e produção do território

Os dados a serem utilizados neste trabalho referem-se a geração de empregos no mercado formal de trabalho durante a década de 1990, a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). O que se pretende é elaborar um “mapa” das tendências de reestruturação do território nacional a partir desse indicador. O pressuposto fundamental é o de que as transformações no território são frutos de mudanças na dinâmica econômica dos lugares, ou seja, são resultado da expansão da economia capitalista sobre o espaço ou de seu rearranjo nos lugares em que ela já se estabeleceu. Portanto, estas transformações tendem necessariamente a representar transformações quantitativas e qualitativas no mercado de trabalho.

Trata-se de entender as mudanças econômicas a partir das mudanças na relação sociedade-espaço, como lembra Milton Santos,

“O espaço não é um pano de fundo impassível e neutro. Assim, este não é apenas um reflexo da sociedade nem um fato social apenas, mas um

³ Esta citação de Myrdal (1957) expõe claramente este processo: *“se as forças do mercado não fossem controladas por uma política intervencionista, a produção industrial, o comércio, os bancos, os seguros, a navegação e, de fato, quase todas as atividades econômicas que, na economia em desenvolvimento, tendem a proporcionar uma remuneração bem maior que a média, e, além disso, outras atividades como a ciência, a arte, a literatura, a educação e a cultura superior se concentrariam em determinadas localidades e regiões, deixando o resto do país de certo modo estagnado”* (apud EGLER, 2000, p. 211).

condicionante condicionado, tal como as demais estruturas sociais. O espaço é uma estrutura social dotada de um dinamismo próprio e revestida de uma certa autonomia, na medida em que sua evolução se faz segundo leis que lhe são próprias. Existe uma dialética entre forma e conteúdo, que é responsável pela própria evolução do espaço” (Santos, 1981: p. 15)

Reconhecer a sociedade enquanto produtora de espaços é essencial, pois “o que chamamos de sociedade somente adquire concretude quando a enxergamos simultaneamente como continente e como conteúdo dos objetos” (Santos, 2004, p. 95). Como lembra Souza (1981: 25), “os homens estão necessariamente no espaço, conectados física e mentalmente a um espaço social concreto”, mas não são plenamente parte deste espaço, pois são também atores que se apropriam e “transformam o espaço em território” (Raffestin, 1993: 143-144).

2 - Aspectos metodológicos

No campo da pesquisa existem sérias limitações para compreender dinâmicas em um curto intervalo de tempo, pela ausência de dados de grande abrangência territorial nos intervalos intercensitários.

“A peridiocidade decenal dos censos demográficos, as limitações na desagregação do plano amostral das PNADs, a cobertura geográfica restrita das pesquisas mensais de emprego e de outras pesquisas amostrais deixam grandes lacunas na disponibilidade de indicadores atualizados de várias dimensões socioeconômicas e demográficas para micro-regiões e municípios brasileiros no período intercensitário” (Jannuzzi, 2003: 51).

Assim sendo, este trabalho busca investigar parte das transformações ocorridas no território brasileiro no período mais recente, utilizando-se de uma fonte alternativa de informações: a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), um registro administrativo do Ministério do Trabalho.

Recentemente, o Ministério do Trabalho tem feito um esforço visando disseminar as estatísticas disponíveis sobre o mercado de trabalho no Brasil. Parte desse esforço é o *Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho* que disponibilizou *on-line* todo o banco de dados da RAIS de 1985 a 2002.

A base de dados da RAIS é constituída e atualizada a partir dos dados sobre algumas características básicas dos empregados que as empresas e empregadores de mão-de-obra são obrigados a informar, anualmente, ao Ministério do Trabalho. Sendo essas informações passíveis de desagregação ao nível municipal.

Segundo Jannuzzi (2003), “a RAIS é, em tese, um censo administrativo sobre o mercado de trabalho”. Mas trata-se de um retrato parcial, já que exclui do seu universo de análise os trabalhadores autônomos, empresários sem vínculo empregatício formal, e todos os demais trabalhadores que não possuem registro em carteira de trabalho.

Além disso, quando se investiga a dinâmica econômica dos lugares a partir da geração de empregos, convém observar que os simples dados de variação no volume de empregos expostos pela RAIS, não permitem concluir sobre os diferenciais de produtividade no tempo e no espaço, diferenciais estes, que podem ser responsáveis por variações nos estoques líquidos de empregos. Tal limitação se torna mais crítica em determinados setores, principalmente nos que passaram por reestruturações produtivas ao longo do período. Como é o caso de vários subsetores da indústria de transformação que tiveram que se adequar, num curto intervalo de tempo, à competitividade imposta pela abertura econômica.

Entretanto, tais limitações não invalidam a utilidade da RAIS como fonte de pesquisa. Desde que se tenha ciência de suas limitações, é possível utilizá-la para o entendimento da dinâmica econômico-espacial dos lugares no período intercensitário.

2.1 - O recorte espacial adotado

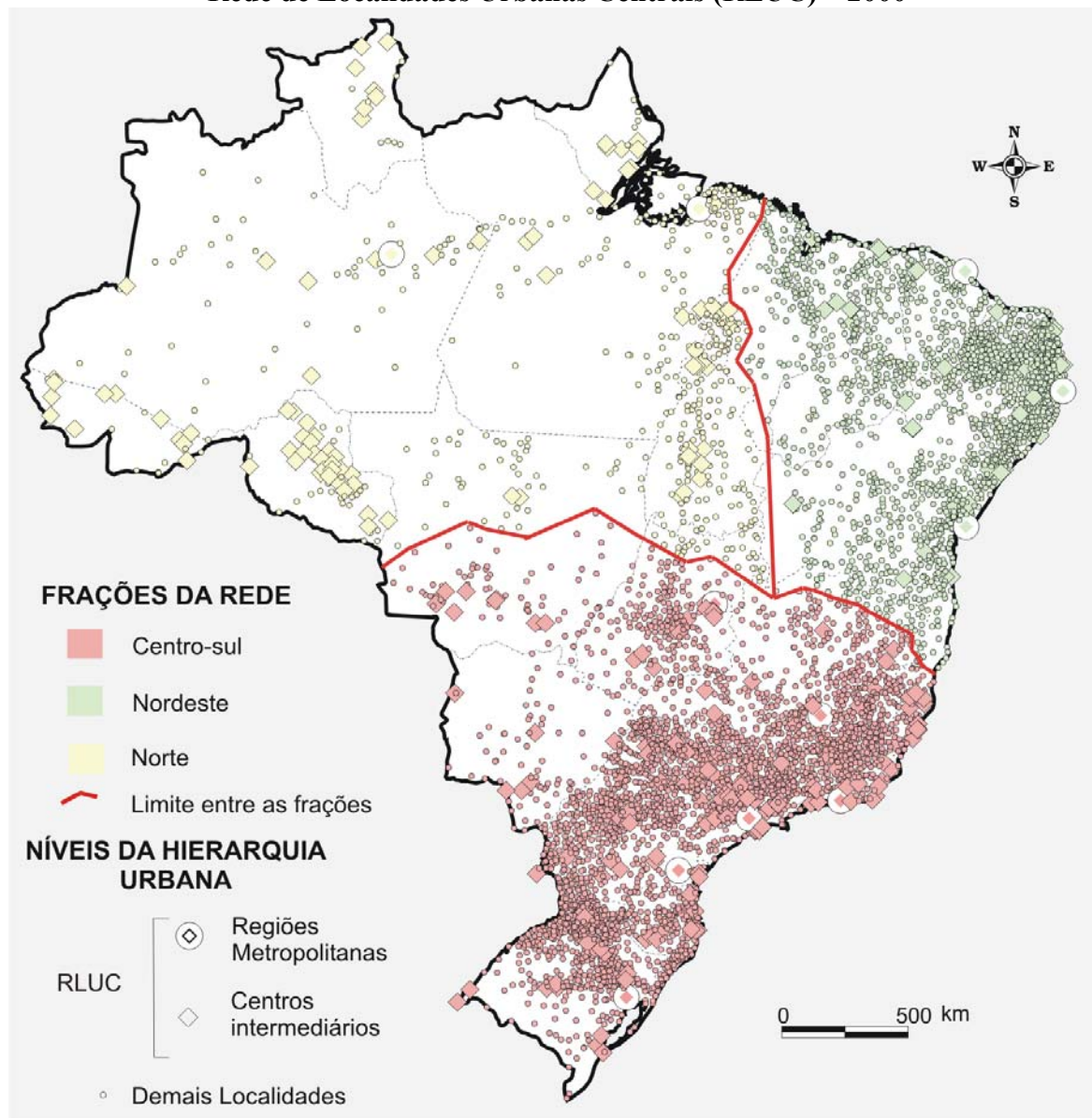
Para dar conta da totalidade do território nacional, quando é notório o surgimento de “ilhas” de prosperidade ou pobreza no interior dos tradicionais recortes espaciais (macrorregiões e unidades da federação), faz-se necessário a flexibilização dos limites das unidades espaciais de análise típicas, mediante a criação de unidades espaciais que permitam dar conta da complexidade espacial nacional e de suas desigualdades.

Levando-se em conta esta necessidade, adota-se como recorte espacial de análise a proposta de organização e divisão da rede de localidades urbanas centrais proposta nos trabalhos de Matos (2002 e 2003), Matos e Braga (2002), Matos e Umbelino (2004) e Ferreira e Matos (2004).

Em 2000, a RLUC-Rede de Localidades Urbanas Centrais é formada por um conjunto de 184 pontos. Além das nove tradicionais regiões metropolitanas, outros pontos foram selecionados de acordo com a importância da população urbana em seus estados, desde que estejam articulados à uma rede viária. O resultado é “uma forma metodologicamente simples de representar o formato, a localização e a configuração espacial do que é mais relevante na rede urbana brasileira contemporânea” (Matos e Umbelino, 2004, p. 8). Assim, há uma simples e nítida hierarquia formada por dois níveis: as *Áreas Metropolitanas* (compreendendo as nove tradicionais Regiões Metropolitanas além de Brasília e Manaus) e os *Centros Intermediários* (175 municípios). A estes dois níveis, acrescenta-se neste trabalho mais um, formado pelos 5069 municípios não pertencentes à RLUC, denominados *Demais Localidades*. Conforme proposto por Matos (2003), adota-se também o recorte da rede por frações: Norte, Nordeste e Centro Sul. Estas

duas dimensões do recorte espacial adotado, hierarquia urbana e divisão regional, são apresentadas na *figura 1*⁴.

FIGURA 1: Municípios brasileiros distribuídos por frações e níveis hierárquicos da Rede de Localidades Urbanas Centrais (RLUC) – 2000



Fonte: Pesquisas do Laboratório de Estudos Territoriais - LESTE/IGC/UFMG; Organização do autores

O recorte aqui adotado permite o tratamento dos dados municipais de maneira agregada segundo dois critérios fundamentais: o critério regional (frações *Centro Sul*, *Nordeste* e *Norte*) e o da hierarquia entre os centros urbanos (*Regiões Metropolitanas*,

⁴ A década de 1990 foi marcada por uma intensa fragmentação territorial da malha municipal nacional mediante emancipações. Visando possibilitar uma plena comparabilidade entre os dados, foi necessário manter cada unidade emancipada na categoria na qual o município que lhe dera origem se encontrava em 2000. Portanto, apesar da figura 1 apresentar as localizações das sedes municipais conforme a malha municipal de 2000, a análise por frações e, principalmente, por níveis da hierarquia urbana se faz com base

Centros Intermediários e as *demais localidades* não selecionadas para RLUC). Acredita-se que através deste recorte regional e hierárquico seja possível vislumbrar o que há de mais significativo na dinâmica da geração de empregos no Brasil ao longo da década de 1990.

3 - A dinâmica do mercado formal de trabalho entre 1990 e 2002

Apresentar-se-á uma visão geral do comportamento do mercado formal de trabalho no Brasil ao longo da década de 1990, procurando indicar suas linhas mais gerais e como os subespaços do território nacional aqui analisados se aproximaram ou se distanciaram da dinâmica global registrada para o Brasil.

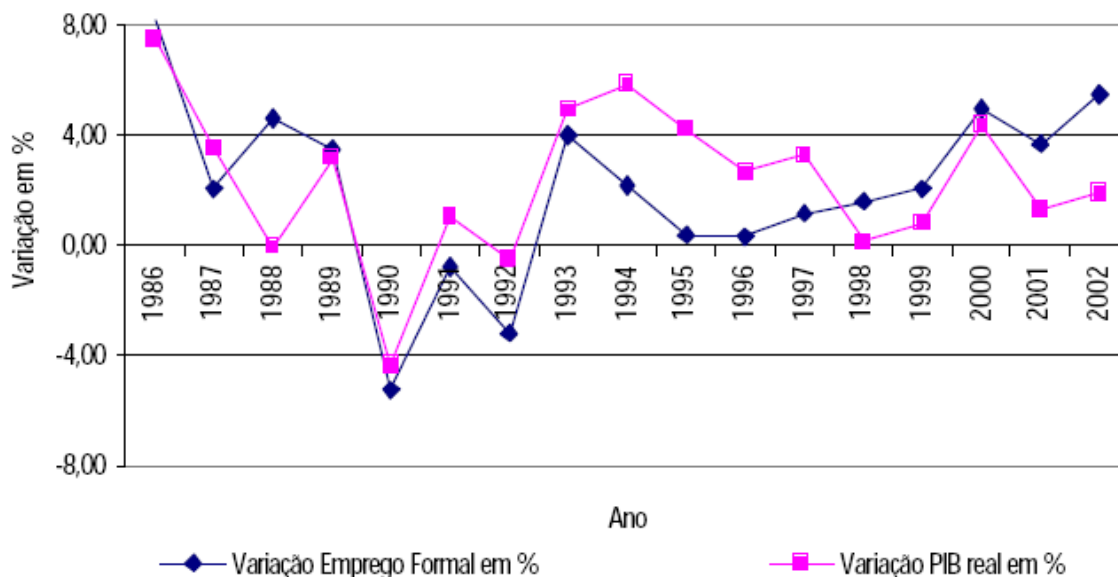
3.1 - Evolução do emprego formal no Brasil

Na análise dos dados agregados da evolução do emprego formal no período 1985-2002 é possível destacar quatro períodos com características similares. O primeiro compreende o intervalo entre 1985 e 1989, quando se verifica uma tendência de crescimento constante do nível de empregos formais. Ao final do período registrou-se um incremento de 19,5% no total de empregos formais. O segundo período, 1989 a 1992, é caracterizado pela queda do emprego formal, com uma variação negativa de 9% neste intervalo de três anos, o que representou uma diminuição de 2.213.725 postos de trabalho. O terceiro período, 1992 a 1996 é caracterizado pela recuperação do emprego formal, com um crescimento de 10% no total de empregos formais no período, contudo somente em 1996 atingiu-se novamente o nível de empregos registrado em 1989, ou seja, durante sete anos a geração de empregos no mercado formal manteve-se praticamente estagnada, o que provavelmente ajuda a explicar o aumento da informalidade, principalmente nos centros metropolitanos. O quarto e último período, 1996 a 2002, é o da geração de empregos no setor formal em um ritmo mais acelerado, com um incremento ao final do período de 17% no número de empregos formais.

Estas flutuações no nível de emprego formal estão em total consonância com o comportamento agregado da economia. Os dados do *gráfico 1* mostram claramente que as variações no estoque total de emprego formal acompanharam em boa medida, flutuações do produto interno bruto brasileiro no período, evidenciando a dependência da geração de empregos no mercado de trabalho formal da dinâmica macroeconômica. Somente no último período (1996-2002) parece ter havido um descompasso no comportamento destes dois indicadores. Enquanto se observa uma tendência de crescimento anual do emprego formal maior a cada ano, o PIB (Produto Interno Bruto) apresenta ritmos de crescimento

diferenciados ao longo do período⁵ resultantes da política macroeconômica prevalecente na segunda metade da década de 1990, do tipo *stop and go*.

Gráfico 1: Variação do PIB e do emprego formal – Brasil, 1986-2002



FONTE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (PIB) e RAIS/Ministério do Trabalho (emprego formal), 1985 a 2002, apud Costanzi (2004, p. 8)

3.1.1 - Geografização dos empregos formais

Feito esta análise agregada para o Brasil, parte-se para análise do comportamento espacial desta dinâmica, destacando-se o fenômeno da geração e destruição de empregos no mercado formal por regiões e níveis da hierarquia urbana no período, tendo como *proxies* para tal análise o mercado formal de trabalho. Conforme salientado acima, o mercado formal de trabalho tende a acompanhar o comportamento da economia nacional. Entretanto a década de 1990 é marcada principalmente pela dinâmica desconexa das partes do território nacional, talvez pela maior inserção competitiva dos focos dinâmicos do país na economia mundial, e pela redução do tamanho do Estado na economia. Todavia, há indicações de mudanças no padrão dominante de décadas anteriores, onde o centro dinâmico da economia ditava o ritmo das demais regiões (Araújo, 2000).

território, como nos estados do Acre e Rondônia.

⁵ Conforme salienta RAMOS (2002), o aumento do ritmo de crescimento neste último período pode estar associado a questões que extrapolam a dimensão puramente econômica do processo. Mudanças institucionais no que diz respeito ao combate da informalidade, resultado do “esforço mais intenso e mais efetivo por parte dos fiscais da previdência social, em conjunto com uma mudança de atitude no que tange à fiscalização trabalhista, que teria passado a incentivar (salientar vantagens) a assinatura da carteira de trabalho em vez de simplesmente multar” (p. 52), entretanto autor salienta que faltam estudos que forneçam algum tipo de comprovação empírica para essa tese.

Assim, cabe verificar em que medida os diversos subespaços nacionais têm discrepado (ou não) da dinâmica geral mostrada para o Brasil.

Uma primeira análise a partir dos dados da *tabela 1* mostra que, em termos absolutos, o emprego formal cresceu entre 1985 e 2002 em todos os subespaços aqui analisados. Mas de forma diferenciada intra-regionalmente.

A maior parte do emprego formal no Brasil pertence ao Centro Sul, que respondeu por 78% do total⁶ nacional em 2002, destacando-se a participação de suas *Áreas Metropolitanas* que, sozinhas, respondiam por 38,5% de todos os postos de trabalho formais do Brasil. Esta participação era ligeiramente superior em 1985 e 1990, quando a região agregavam 81% e 80% do emprego formal total, respectivamente. Se o agregado regional não variou muito, a distribuição deste estoque pelos recortes da hierarquia urbana regional mostra um processo de desconcentração intra-regional, afinal as *Áreas Metropolitanas* reduziram sua participação em 8 pontos percentuais (p.p.), de 46,5% em 1985 para 38,5% em 2002. Por outro lado, as localidades menores (“*demais localidades*”) aumentaram expressivamente sua participação no emprego nacional no período, de 15,7% em 1985 para 20,4% em 2002, também se destacando como o subespaço que mais gerou novas vagas no mercado de trabalho (2.716.568 no total), e devido a esse dinamismo passou a representar em 2002 a segunda maior participação no total de empregos formais do Brasil, superando os centros intermediários da região, onde também houve expansão da participação no total nacional de 18,6% em 1985 para 19,2% em 2002.

Os dados indicam que as Regiões Metropolitanas do Centro Sul foram as mais afetadas pelo baixo ritmo de crescimento do setor formal, registrando-se redução dos números absolutos do emprego formal após 1989, e recuperação apenas em 2002, enquanto para o Brasil como um todo, essa recuperação já havia acontecido em 1996. Esse baixo dinamismo do setor formal provavelmente associa-se ao aumento do nível de informalidade nestes centros, como atestam os trabalhos de Ramos (2002) e Ramos e Ferreira (2004).

A fração Nordeste, segunda maior geradora de empregos formais no Brasil, também aumentou a participação no período analisado, evoluindo de 15,6% em 1985 para 16,9% em 2002. Esse aumento foi puxado principalmente pelas *Demais Localidades*, que aumentaram a participação no total nacional de 3,3% em 1985 para 5,2% em 2002, destacando-se também em termos absolutos, no total foram 838.391 empregos a mais ao

⁶ Segundo o censo demográfico de 2000 essa região representava 63,4% da população brasileira total e 66,4% da PEA (Ferreira e Matos, 2004).

longo do período. O comportamento das Regiões Metropolitanas nordestinas repete o que já foi observado na fração Centro Sul. Entretanto, na fração Nordeste a redução da participação das Regiões Metropolitanas no total nacional foi proporcionalmente menor. Apenas 0,8p.p., de 7,4% em 1985 para 6,6% em 2002. Quando se considera o período 1985-2002 os *Centros Intermediários* do Nordeste também se destacaram positivamente, aumentando sua participação no total nacional de 4,9% em 1985 para 5,1% em 2002. Entretanto, os dados da *tabela 1* mostram uma inversão dessa tendência quando se considera apenas o período mais recente, 1990-2002.

A fração Norte foi a que mais aumentou a participação no total nacional, 1,4p.p. em 2002 a mais que em 1985, mas ainda representava uma parcela muito pequena do total de empregos formais no Brasil. Internamente, registrou-se um decréscimo da participação das *Áreas Metropolitanas* e aumento da participação dos *Centros Intermediários* e *Demais Localidades*. Sendo que este último dobrou sua participação no total nacional no período, de 1,5% em 1985 para 3% em 2002.

TABELA 1: Distribuição do emprego formal dentro e fora da rede de localidades urbanas centrais – Brasil, 1985-2002

subespaço		1985	1990	2002		1985-2002		1990-2002	
		%	%	Abs.	%	Cresc %	Cresc. Abs.	Cresc %	Cresc. Abs.
Fração Centro Sul	ÁREAS METROPOLITANAS	46,5	44,6	11.035.099	38,5	18,6	1.733.882	8,5	864.937
	CENTROS INTERMEDIÁRIOS	18,6	18,8	5.504.940	19,2	47,7	1.776.706	28,2	1.212.207
	DEMAIS LOCALIDADES	15,7	16,7	5.865.242	20,4	86,3	2.716.568	53,6	2.047.932
Fração Nordeste	ÁREAS METROPOLITANAS	7,4	7,0	1.887.508	6,6	27,5	407.623	18,8	298.117
	CENTROS INTERMEDIÁRIOS	4,9	5,4	1.467.017	5,1	49,1	483.413	19,9	243.283
	DEMAIS LOCALIDADES	3,3	3,7	1.495.591	5,2	127,6	838.391	79,6	662.770
Fração Norte	ÁREAS METROPOLITANAS	2,1	2,2	577.886	2,0	37,3	157.065	17,8	87.120
	CENTROS INTERMEDIÁRIOS	1,0	1,1	499.446	1,7	141,6	292.732	91,2	238.196
	DEMAIS LOCALIDADES	0,5	0,6	351.184	1,2	271,7	256.704	177,7	224.705
TOTAL		100,0	100,0	28.683.913	100,0	43,3	8.663.084	25,8	5.879.267

Fonte: RAIS – Ministério do Trabalho; elaboração dos autores.

Notas explicativas das abreviaturas: Abs = Valores absolutos; % = participação no total nacional para o ano especificado; Cresc. % = crescimento relativo no período; Cresc. Abs. = crescimento em números absolutos no período.

3.2 - Setores econômicos e emprego formal no Brasil contemporâneo

Uma visão geral do comportamento estrutural do estoque de emprego formal para o período 1987-2002 (tabela 2) mostra comportamentos diferenciados no que tange a geração de empregos por setores econômicos.

O setor *industrial* parece ter sido o mais afetado pelo ajuste macroeconômico da década, pois passou por uma rápida reestruturação, via aumento da produtividade do

trabalho, no intuito de se adaptar à competitividade externa. O resultado foi a diminuição da participação relativa na geração de empregos formais, com destaque para a indústria de transformação, que reduziu a participação no total do mercado formal de 26% em 1987 para 18% em 2002. A tendência de diminuição constante do número absoluto de empregos no período 1989-1998 somente foi alterada⁷ após 1998, quando se registra incrementos positivos constantes, porém, aquém das perdas acumuladas no período anterior, resultado da reestruturação produtiva.

Entre os setores que mais cresceram no período, destaca-se o de *serviços*, que manteve e ampliou a maior participação na geração de empregos formais no Brasil, de 29,2% em 1987 para 32% em 2002. Provavelmente, este setor foi beneficiado pela reestruturação do setor industrial, absorvendo parte dos empregos destruídos neste.

O segundo setor mais importante em termos de geração de empregos formais é o *setor público*, que em 1987, ainda atrás do setor industrial, respondia por 21,9% do emprego formal, aumentando sua participação para 23,7% em 2002 e ultrapassando o setor industrial. É interessante notar, que o setor público tem sido uma alternativa na geração de empregos num contexto de contração do mercado formal privado, como ocorreu em boa parte na década de 1990. Entre os setores mais importantes, foi o menos afetado pela crise no período 1989-1992.

Confirma-se, portanto, que o dinamismo da oferta no setor público está mais vinculado à aspectos político-administrativos que econômicos. Aparentemente, tal constatação contradiz o discurso neoliberal, que ao longo da década de 1990 tanto defendeu o enxugamento da máquina pública. Assim, é oportuno avaliar mais profundamente os efeitos de ações federais que tinham como objetivo controlar o gasto público municipal e estadual, como a *Lei Camata*⁸ e a *Lei de Responsabilidade Fiscal*⁹. Aparentemente, estas Leis não surtiram os efeitos esperados no número final de empregos, uma vez que pós 1995 a tendência geral foi de incremento no emprego do setor público. O crescimento negativo nos anos de 1997 e 2000 foi compensado por taxas de crescimento anual em torno de 7% nos anos de 1995, 2001 e 2002. Ao final do período, 1.329.280 empregos haviam sido criados, número muito superior aos 327.411 criados nos sete anos anteriores a 1995.

⁷ Com exceção do ano de 1994, onde se registrou um crescimento do número de empregos, como provável efeito do plano Real.

⁸ Lei Complementar nº 82, de 27 de março de 1995. Disciplina os limites das despesas com o funcionalismo público, na forma do art. 169 da Constituição Federal.

TABELA 2: Distribuição do emprego formal por setores econômicos – Brasil, 1987-2002

Setores Econômicos	1987	1990	2002		1987-2002		1990-2002	
	%	%	Abs.	%	Cresc %	Cresc. Abs.	Cresc %	Cresc. Abs.
Serviços	29,2	27,8	9.182.552	32,0	40,1	2.629.289	42,4	2.733.833
Administração Pública	21,9	20,6	6.787.302	23,7	38,0	1.867.388	42,2	2.013.835
Indústria da transformação	26,0	23,6	5.209.774	18,2	-10,8	-628.026	-4,7	-254.662
Comércio	13,0	12,8	4.826.533	16,8	65,3	1.907.376	62,0	1.847.273
Agropecuária	1,4	1,6	1.138.235	4,0	275,4	835.004	205,2	765.275
Construção Civil	4,3	4,1	1.106.350	3,9	14,5	140.239	15,3	147.009
Serviços Industriais	1,3	1,4	310.366	1,1	3,3	9.791	-4,0	-13.026
Extrativa Mineral	0,7	0,6	122.801	0,4	-23,8	-38.254	-6,2	-8.074
Outros Ignorados	2,9	7,5	-	0,0	-100,0	-656.681	-100,0	-1.746.206
Total	100,0	100,0	28.683.913	100,0	27,7	6.227.181	23,6	5.485.257

Fonte: RAIS – Ministério do Trabalho; elaboração dos autores.

Notas explicativas das abreviaturas: Abs = Valores absolutos; % = participação no total nacional para o ano especificado; Cresc. % = crescimento relativo no período; Cresc. Abs. = crescimento em números absolutos no período.

O setor de *comércio* foi o que apresentou o maior aumento em pontos percentuais na participação no total de empregos formais, de 13% em 1987 para 16,8% em 2002, mantendo-se como o quarto setor mais importante, enquanto o setor *agropecuário* aumentou significativamente sua participação no emprego formal, de 1,4% em 1987 para 4% em 2002, provável fruto do incremento do *agronegócio* no período.

A *construção civil*, tradicional reduto de mão-de-obra de baixa qualificação, apesar de ter gerado um total de 140.239 novos empregos no período (1987-2002), teve uma ligeira redução na participação no total de empregos formais, de 4,3% em 1985 para 3,9 em 2002, perdendo para o setor agropecuário o posto de quinto maior gerador de empregos formais.

3.2.1 – Geografização da distribuição setorial do emprego

A análise desagregada por subespaços terá como referência o período compreendido entre 1990 e 2002, a escolha de um período menor tem como objetivo dar maior atenção para a dinâmica predominante ao longo da década de 1990, período no qual as maiores transformações aconteceram.

⁹ Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

Serviços

A concentração espacial do emprego formal neste setor, que é o de maior peso na oferta de vagas no Brasil, é maior se comparada com o verificado para o agregado total, porquanto, a participação das áreas metropolitanas atinge em 2002 quase a metade do total. Observada a tendência ao longo da década de 1990, mantém-se a mesma conclusão, já que, diferentemente de outros setores, as taxas de crescimento para o período 1990-2002 para os diversos subespaços aqui analisados não apresentam grandes discrepâncias em relação à média nacional.

Aparentemente, a observação dos dados referentes ao período 1990-2002 permite-se concluir que houve uma diminuição da participação das *Áreas Metropolitanas* do Centro Sul na geração de emprego formal no setor de serviços, de 49,4% para 47,6%. Entretanto, o detalhamento dos dados mostra que o resultado negativo foi todo construído entre 2000 e 2002, pois até o final da década de 1990 a tendência era de um leve crescimento da participação destas Áreas Metropolitanas.

Comércio

Destaca-se neste setor, a redução da participação das *Áreas Metropolitanas* do Centro Sul, de 41% em 1990 para 36% em 2002, apesar de, em termos absolutos, ter constantemente aumentado o nível de empregos no setor. Tal fato, mas em menores proporções, acontece também com as aglomerações metropolitanas do Nordeste, que reduziram de 6,5% para 5,7% a participação no total nacional entre 1990 e 2002. Estes foram os únicos espaços que perderam participação no setor durante o período. Essas perdas beneficiaram os demais subespaços, com destaque para as *demais localidades* do Centro Sul, que fechou o período com 2,5p.p. a mais do total nacional de empregos no setor.

Setor Público

Este é, por definição, o setor mais desconcentrado espacialmente, tanto inter quanto intra regionalmente. A participação do Centro Sul no total deste setor foi de 67% em 2002, bem abaixo de sua participação no total de empregos formais (78% em 2002). Além do mais, registrou-se uma redução da participação das Regiões Metropolitanas desta região ao final do período 1990-2002 em 3,8p.p. do total nacional.

Nas demais frações da rede os dados também são reveladores. No Nordeste a participação das *Demais Localidades* é superior até mesmo à das Regiões Metropolitanas. Quando se observa a taxa de crescimento no período 1990-2002 novamente evidencia-se

este aspecto, as maiores taxas de crescimento no setor foram registradas nas *Demais Localidades* do Norte (332%) e do Nordeste(107%).

A partir do momento que se desconsidera os empregos do setor público, percebe-se que a distribuição inter-regional do emprego formal no Brasil manteve-se praticamente inalterada entre 1990 e 2002. O Centro Sul, por exemplo, representava 81,8% no início do período evoluindo para 81,5% em 2002.

Indústria de Transformação

A indústria de transformação, terceiro setor que mais emprega no Brasil, foi sem dúvida o mais afetado pelo reordenamento político-econômico ao longo da década de 1990. A reestruturação produtiva teve como efeito, num primeiro momento, a redução do volume de empregos formais. Já na segunda metade da década de 1990 ocorreu uma lenta e gradual recuperação do nível de empregos. Entretanto as dinâmicas regionais e sub-regionais mostraram-se em alguma medida discrepantes deste cenário geral, pois os efeitos negativos da reestruturação produtiva não tiveram os mesmos efeitos e a mesma intensidade em todo o território nacional.

Os dados aqui apresentados permitem constatar um impacto negativo significativo nas regiões de maior peso na estrutura industrial brasileira, as Regiões Metropolitanas do Centro Sul. Diferentemente do que ocorre no agregado nacional, onde a tendência pós 1998 foi de constante aumento no emprego, as *Áreas Metropolitanas* continuaram a exibir queda constante no volume total de empregos ao longo de todo o período, o que resultou em uma diminuição de 32% dos empregos neste setor entre 1990 e 2002. Assim, diminuiu-se significativamente (-12,7p.p.) a participação das indústrias das Regiões Metropolitanas do Centro Sul no total nacional.

Por outro lado, o comportamento do setor nas *Demais localidades* do Centro Sul foi quase o oposto do das Regiões Metropolitanas, registrando um aumento acumulado no período de 40%, passando a responder em 2002 por 30% do total de empregos industriais no Brasil. Portanto, a realocação espacial no setor industrial não está privilegiando os níveis superiores da hierarquia urbana, mas sim as cidades de menor porte do Centro Sul, cada vez mais equipadas e dotadas de infra-estrutura de qualidade, fator relevante para a atração de indústrias.

Por outro lado, quando se focaliza o movimento nas três frações, os dados dão pouca força à idéia de desconcentração industrial inter-regional. A participação das demais regiões no total nacional manteve-se pouco alterada, o Centro Sul em 1990 detinha 86% do emprego industrial do Brasil, sofrendo apenas uma leve redução para 83,8% em 2002.

Aparentemente, a tese de que haveria no Brasil uma desconcentração concentrada, ou um *Desenvolvimento Poligonal* (Diniz, 1993), mantêm alguma pertinência no caso nacional¹⁰.

Construção Civil

Neste setor, os grandes aglomerados metropolitanos tiveram o pior desempenho, tendo registrado diminuição do total de empregos ao longo do período 1990-2002 no Nordeste e o Centro Sul. As *Áreas Metropolitanas* do Norte, embora não tenham apresentado diminuição em números absolutos, como as suas congêneres das demais regiões, também diminuíram sua participação no total nacional. As localidades não metropolitanas do Norte foram as mais dinâmicas na geração de empregos neste setor, exibindo as maiores taxa de crescimento entre 1990 e 2000, o que fez aumentar a participação da fração Norte no total setorial de 3,4% em 1990 para 5,2% em 2002. O comportamento exposto para este setor aponta para o dinamismo urbano da região amazônica, uma das faces da *urbanização extensiva* na região (Monte-Mór, 2004).

Extração Mineral

Apesar de pouco representativa em termos de geração de empregos no Brasil, arcando com apenas com 0,4% do total nacional em 2002, os dados deste setor tipicamente weberiano, podem indicar tendências da produção do território nacional, principalmente no que diz respeito ao aproveitamento da base de recursos naturais do subsolo brasileiro.

Como era de se esperar, este é o único setor, entre os pesquisados, em que não há predominância das *Áreas Metropolitanas* do Centro Sul. São as *Demais Localidades* do Centro Sul, que possuem a maior participação no total nacional, 38,4% em 2002. Os *Centros Intermediários* comparecem em segundo lugar com 23% do total. As *Demais Localidades* do Nordeste comparecem em quarto lugar, com 12,3% do total.

O Nordeste foi a região que apresentou o maior dinamismo na geração de postos de trabalho no setor, aumentando sua participação de 12,4% em 1990 para 20% em 2002.

A região Norte, por abrigar um subsolo rico em recursos minerais ainda pouco explorados, além de grandes projetos de mineração em importantes jazidas de alumínio e ferro, deveria ocupar um lugar de destaque. Mas ocorreu o contrário, a região perdeu posição relativa ao longo do período, apresentando crescimento negativo no total de

¹⁰ Entretanto as análises a partir dos dados sobre mercado de trabalho têm suas limitações. E no setor industrial estas ficam ainda mais evidentes. Estudos como o de Diniz e Basques (2004) mostram que o Nordeste na última década tem se destacado na atração de segmentos industriais menos intensivos em capital e tecnologia (têxtil, vestuário e calçados) do Centro Sul. Entretanto, mesmo sendo segmentos que, tradicionalmente, são mais intensivos em mão-de-obra, isso não significou um incremento correspondente de vagas no mercado de trabalho. Logo, partes das novas dimensões da economia nordestina não estariam sendo captadas em sua plenitude neste trabalho.

empregos em todos os seus subespaços, como resultado, reduziu sua participação em 4p.p., de 9% em 1990 para 5% em 2002.

Setor	Ano	Formas de mensuração	Fração Centro Sul			Fração Nordeste			Fração Norte			IGNORADO	TOTAL
			AM	CI	DL	AM	CI	DL	AM	CI	DL		
Serviços	1990	%	49,4	19,7	14,0	7,5	4,6	1,6	1,9	0,8	0,4	0,2	100,0
	2002	Abs.	4.374,1	1.909,0	1.259,7	715,7	414,9	195,8	173,6	98,5	41,2	0,0	9.182,6
		%	47,6	20,8	13,7	7,8	4,5	2,1	1,9	1,1	0,4	0,0	100,0
	1990	Cresc %	37,3	50,6	39,5	48,7	39,0	89,6	43,3	99,8	70,7	-100,0	42,4
	2002	Cresc. Abs.	1.187,9	641,3	356,9	234,4	116,4	92,5	52,5	49,2	17,1	-14,3	2.733,8
Comércio	1990	%	41,2	22,8	18,6	6,5	4,8	2,3	1,9	1,2	0,4	0,2	100,0
	2002	Abs.	1.722,1	1.147,5	1.017,0	277,0	263,0	164,9	89,7	95,5	49,9	0,0	4.826,5
		%	35,7	23,8	21,1	5,7	5,4	3,4	1,9	2,0	1,0	0,0	100,0
	1990	Cresc %	40,3	68,9	83,9	42,0	82,8	136,1	62,7	167,2	289,3	-100,0	62,0
	2002	Cresc. Abs.	494,4	468,1	464,0	82,0	119,1	95,0	34,6	59,8	37,1	-6,8	1.847,3
Administração Pública	1990	%	42,9	12,3	12,1	9,4	9,9	7,1	3,3	2,4	0,7	0,1	100,0
	2002	Abs.	2.652,1	852,6	1.046,0	514,4	466,6	701,8	200,6	218,6	134,7	0,0	6.787,3
		%	39,1	12,6	15,4	7,6	6,9	10,3	3,0	3,2	2,0	0,0	100,0
	1990	Cresc %	29,6	45,7	80,7	15,0	-1,2	107,4	29,2	91,0	332,0	-100,0	42,2
	2002	Cresc. Abs.	605,2	267,3	467,0	67,2	-5,6	363,3	45,3	104,1	103,6	-3,6	2.013,8
Indústria de Transformação	1990	%	44,7	20,7	20,7	4,7	2,5	3,7	1,8	0,5	0,4	0,3	100,0
	2002	Abs.	1.664,9	1.122,3	1.579,8	230,2	175,3	236,9	82,0	49,2	69,2	0,0	5.209,8
		%	32,0	21,5	30,3	4,4	3,4	4,5	1,6	0,9	1,3	0,0	100,0
	1990	Cresc %	-31,8	-0,7	39,5	-9,6	26,2	15,7	-17,3	95,1	196,3	-100,0	-4,7
	2002	Cresc. Abs.	-776,5	-8,0	447,2	-24,4	36,4	32,2	-17,1	24,0	45,9	-14,3	-254,7
Construção Civil	1990	%	46,9	21,2	9,5	11,0	6,4	1,6	2,1	0,9	0,4	0,1	100,0
	2002	Abs.	437,2	245,7	157,6	99,8	75,7	32,4	22,6	19,3	16,2	0,0	1.106,4
		%	39,5	22,2	14,2	9,0	6,8	2,9	2,0	1,7	1,5	0,0	100,0
	1990	Cresc %	-2,8	21,0	72,6	-5,3	23,3	116,9	11,0	135,2	279,5	-100,0	15,3
	2002	Cresc. Abs.	-12,6	42,7	66,2	-5,6	14,3	17,5	2,2	11,1	11,9	-0,8	147,0
Extração Mineral	1990	%	20,7	19,4	37,1	2,0	1,9	8,5	1,1	3,3	4,4	1,5	100,0
	2002	Abs.	17,0	28,6	47,1	3,4	5,7	15,0	0,2	1,2	4,6	0,0	122,8
		%	13,8	23,3	38,4	2,8	4,7	12,3	0,2	1,0	3,7	0,0	100,0
	1990	Cresc %	-37,3	12,4	-3,0	32,0	125,5	35,0	-87,5	-72,1	-19,9	-100,0	-6,2
	2002	Cresc. Abs.	-10,1	3,1	-1,5	0,8	3,2	3,9	-1,3	-3,1	-1,1	-2,0	-8,1
Agropecuária	1990	%	7,0	15,3	58,8	3,7	2,9	8,2	0,6	0,4	2,2	0,8	100,0
	2002	Abs.	38,2	140,6	715,1	18,9	41,5	138,1	3,7	9,7	32,5	0,0	1.138,2
		%	3,4	12,4	62,8	1,7	3,6	12,1	0,3	0,9	2,9	0,0	100,0
	1990	Cresc %	46,0	145,9	226,2	36,4	289,0	349,7	59,6	508,3	288,3	-100,0	205,2
	2002	Cresc. Abs.	12,1	83,4	495,9	5,0	30,8	107,4	1,4	8,1	24,1	-2,9	765,3

TABELA 3: Distribuição do emprego formal dentro e fora da rede de localidades urbanas centrais e por setores econômicos– Brasil, 1990-2002

Fonte: RAIS – Ministério do Trabalho; elaboração dos autores.

OBS: Valores absolutos em milhares

Notas explicativas das abreviaturas: AM = Áreas Metropolitanas; CI = Centros Intermediários; DL = Demais Localidades; Abs = Valores absolutos; % = participação no total nacional para o ano especificado; Cresc. % = crescimento relativo no período; Cresc. Abs. = crescimento em números absolutos no período.

Agropecuária

Este setor tem uma excessiva concentração no Centro Sul. Em 2002, 78,5% do emprego total concentrava-se nesta região, com grande destaque para as *Demais Localidades* que, sozinhas, representam 63% do emprego formal no setor.

O Nordeste passou a representar uma parcela maior do emprego formal ao longo do período selecionado (1990-2002), 15% no início contra 17,4% no último ano analisado. Nesta região o maior destaque ficou por conta das *Demais Localidades*, que aumentaram em 4p.p. a sua participação no total nacional. Esses dados vão ao encontro da antiga recomendação de Celso Furtado, para quem o agro nordestino deveria passar por um processo de mercantilização das relações de trabalho (GTDN, 1959). Ao que parece, tal processo começa a se concretizar, mesmo que, provavelmente, as relações de trabalho assalariadas e formais se vinculem mais diretamente a um dos “Nordestes” (Araújo, 1995), o da agricultura moderna da soja e da fruticultura irrigada.

3.3 - Empregos por tamanho de estabelecimento

A análise da distribuição do emprego formal por tamanho do estabelecimento privado¹¹ no período 1987-2002 apresentados na *tabela 4*, mostra importantes aspectos da geração de empregos no Brasil. O aspecto a se destacar é o comportamento dos grandes estabelecimentos (mais de 500 empregados). Estes, perderam participação ao longo do período. Em 1987 representavam 29% do total nacional, e em 2002 esta participação declinou para 19%, resultado da diminuição constante em números absolutos de empregos no período 1989-1999¹². Apesar da tendência de aumento após 1999, em 2002 este tipo de estabelecimento não tinha conseguido recuperar o nível de empregos registrado em 1987.

¹¹ Nesta análise exclui-se o setor público. Sem negar a importância das atividades do poder público no suporte às atividades econômicas, reconhece-se que o aumento da oferta neste setor quase sempre não guarda muita relação com a dinâmica de mercado, pois as decisões de aumento da demanda por trabalho são guiadas por aspectos políticos que, freqüentemente, discrepam da racionalidade do mercado (os dados já apresentados ilustram este aspecto). Assim sendo, como o que se deseja destacar é a dinâmica econômica dos lugares, não teria sentido incluí-lo na análise.

¹² Os dados de número de estabelecimentos também mostram redução absoluta deste tipo de estabelecimento. Foram 365 estabelecimentos de grande porte a menos em 2002 se comparado com 1990. Cabe destacar que, devido à forma de desagregação dos dados, se trabalha com estabelecimentos e não com empresas. Assim, quando se analisa uma série temporal, pode acontecer que, ao longo do período, estabelecimentos que tenham passado por ampliação ou redução do quadro de funcionários mudem de categoria. No caso do setor industrial a expectativa é que a redução do quadro de funcionários, em função da reestruturação produtiva, tenha sido prática comum, e estaria interferindo nos resultados, por exemplo, diminuindo ainda mais o

Por outro lado, a dinâmica das micro e pequenas empresas¹³ tem mostrado uma tendência oposta à dos grandes estabelecimentos. Estas, ao longo do período analisado, ampliaram a participação no total de empregos formais, sendo pouco afetadas pela crise do período 1989-1992, quando a tendência geral foi de redução dos postos de trabalho formais.

O resultado é que em 2002 a pequena empresa já era a maior empregadora no mercado formal, 26,6% do total. O comportamento das microempresas também é surpreendente, saltaram de uma participação 14,1% em 1987 para 23,2% em 2002, traduzindo o maior aumento em termos de participação relativa. As empresas de porte intermediário, com quadro variando entre 50 e 99 ou 100 e 500 funcionários, também tiveram sua participação diminuída, sobretudo as últimas, onde a participação de 25,7% em 1987 caiu para 21,2% em 2002.

Nota-se que as grandes empresas foram as mais afetadas pelas reestruturações e oscilações do mercado formal de trabalho ao longo da década de 1990, de outra parte as micro e pequenas empresas vêm se mostrando um alternativa consistente na geração de empregos¹⁴. Entretanto, deve se acentuar que, na maioria das vezes, os empregos gerados nas empresas menores são mais precários que os existentes em grandes estabelecimentos, onde o trabalhador tem acesso à um maior nível de proteção. Esta pode ser, portanto, a outra face da precarização do mercado de trabalho brasileiro ao longo da década de 1990, que se soma à questão mais destacada, a da informalização de fato.

TABELA 4: Distribuição do emprego formal por tamanho dos estabelecimentos privados – Brasil, 1987-2002

Tamanho do estabelecimento	1987	1990	2002		1987-2002		1990-2002	
	%	%	Abs.	%	Cresc %	Cresc. Abs.	Cresc %	Cresc. Abs.
ate 9 empregados	14,1	15,9	5.080.407	23,2	103,4	2.583.166	72,9	2.142.441
de 10 a 49 empregados	21,1	22,0	5.820.553	26,6	56,0	2.089.513	43,8	1.773.548
De 50 a 99 empregados	10,2	10,2	2.238.194	10,2	23,9	431.989	19,5	365.070
de 100 a 499 empregados	25,7	24,4	4.635.328	21,2	2,1	94.944	3,0	133.226
500 ou mais empregados	28,9	27,5	4.122.129	18,8	-19,5	-1.000.874	-18,6	-942.863
TOTAL	100,0	100,0	21.896.611	100,0	23,7	4.198.738	18,8	3.471.422

Fonte: RAIS – Ministério do Trabalho; elaboração dos autores.

número de empregados e estabelecimentos em uma determinada categoria. Entretanto é uma situação difícil de ser avaliada, e não invalida as análises aqui apresentadas.

¹³ Considera-se como micro empresa as que possuem até 9 funcionários, e como pequena empresa as que possuem entre 10 e 49 funcionários.

¹⁴ Conforme salienta Costanzi (2004, p. 14), o resultado pode ser afetado por grandes empresas trabalhando com um maior número de estabelecimentos de pequeno porte. Entretanto o autor destaca que “pode se afirmar com um bom grau de confiabilidade que as micro e pequenas empresas tiveram crescimento do estoque de emprego formal em ritmo muito superior ao apresentado pelas médias e grandes empresas”.

Notas explicativas das abreviaturas: Abs = Valores absolutos; % = participação no total nacional para o ano especificado; Cresc. % = crescimento relativo no período; Cresc. Abs. = crescimento em números absolutos no período.

3.3.1 – Geografização do empregos por tamanho de estabelecimento

A análise da geração de empregos por tamanho de estabelecimentos privados procura destacar as assimetrias regionais em relação ao que foi apresentado para o Brasil como um todo.

Os empregos formais em micro estabelecimentos mostram-se altamente concentrados no Centro Sul, 82,5% em 2002, tendo aumentado esta concentração ao longo da década de 1990. Entretanto a análise detalhada pelos níveis da hierarquia urbana regional mostra diferenças significativas, destacando-se a redução da participação das *Áreas Metropolitanas* no total nacional enquanto o grupo das *Demais Localidades* registrou um aumento de 118% do número de empregos entre 1990 e 2002, passando a acumular ao final do período 30% dos empregos gerados neste tipo de estabelecimento no Brasil¹⁵.

Entre os estabelecimentos que possuem entre 10 e 49 funcionários (pequenas empresas) a participação do centro sul mostra-se ligeiramente menos expressiva, além de ter reduzido ao longo do período analisado, de 83% em 1990 para 81% em 2002. O único subespaço que perde participação neste tipo de emprego é o formado pelas *Áreas Metropolitanas* do Centro Sul, a favor principalmente dos demais subespaços do Centro Sul e das cidades médias nordestinas.

Entre os estabelecimentos de porte intermediários, que possuem entre 100 e 499 empregados, destaca-se novamente a redução da participação das *Áreas Metropolitanas* do Centro Sul, que reduzem sua participação de 46% em 1990 para 41% em 2002, resultado do crescimento negativo do emprego neste tipo de estabelecimento ao longo do período. Parte das perdas nos grandes aglomerados urbanos do Centro Sul foi compensada pelo melhor desempenho das *Demais Localidades* do próprio Centro Sul e do nordeste. As primeiras aumentaram em 4,3p.p. a participação no total nacional, enquanto as do Nordeste abarcaram mais 1% do total.

O emprego formal em grandes estabelecimentos apresentou um crescimento negativo em praticamente todos os subespaços analisados. Somente nas *Áreas Metropolitanas* do Centro Sul houve uma redução de 23% do número de empregos no período 1990-2002, o

¹⁵ Tal crescimento foi impulsionado principalmente pelos setores agropecuário e de comércio. O primeiro então mostra números impressionantes que demonstram a força do agronegócio na região. Estas localidades tiveram o número de estabelecimentos agropecuários aumentado em 1.296% entre 1990 e 2002, representando 72% dos estabelecimentos formais neste setor no Brasil em 2002.

que resultou na perda de 580.504 postos de trabalho. A única exceção ficou por conta das *Demais Localidades* do Nordeste, que aumentaram em 3,4% o número de empregos neste tipo de estabelecimento no período, agregando 6.372 novos postos de trabalho. Estas localidades de menor tamanho urbano provavelmente têm sido beneficiadas pela migração de empresas atraídas por incentivos fiscais, mediante práticas como a da chamada “guerra fiscal”, assim como também por atrativos locais não ubíquos, como mão-de-obra barata e condições climáticas propícias a determinadas atividades, como a fruticultura irrigada¹⁶.

TABELA 5: Distribuição do emprego formal dentro e fora da rede de localidades urbanas centrais e por tamanho do estabelecimento – Brasil, 1990-2002

Tamanho do Estabelecimento	Ano	Valores	Fração Centro Sul			Fração Nordeste			Fração Norte			IGNO-RADO	TOTAL
			AM	CI	D L	AM	CI	D L	AM	CI	D L		
Até 9 empregados	1990	%	35,5	21,0	23,7	4,2	3,4	2,5	1,0	0,9	0,6	7,1	100,0
	2002	Abs.	1542,4	1133,8	1515,4	253,0	235,0	209,2	53,1	75,8	62,7	0,0	5080,4
		%	30,4	22,3	29,8	5,0	4,6	4,1	1,0	1,5	1,2	0,0	100,0
	1990-2002	Cresc %	48,1	83,7	117,5	103,3	133,6	181,4	79,9	186,4	264,7	-100,0	72,9
		Cresc. Abs.	500,8	516,8	818,8	128,5	134,4	134,9	23,6	49,3	45,5	-210,0	2.142,4
De 10 a 49 empregados	1990	%	40,0	21,3	21,4	5,4	3,9	2,6	1,5	1,2	0,6	2,2	100,0
	2002	Abs.	2107,3	1293,4	1332,8	340,9	290,5	193,5	90,7	98,7	72,8	0,0	5820,6
		%	36,2	22,2	22,9	5,9	5,0	3,3	1,6	1,7	1,3	0,0	100,0
	1990-2002	Cresc %	30,3	50,4	54,0	56,6	84,7	80,4	54,2	105,0	178,3	-100,0	43,8
		Cresc. Abs.	489,5	433,3	467,5	123,2	133,2	86,2	31,9	50,6	46,6	-88,5	1.773,5
de 50 a 99 empregados	1990	%	43,5	21,3	17,7	6,1	4,3	2,2	1,9	1,1	0,5	1,5	100,0
	2002	Abs.	848,2	489,4	479,0	142,1	111,0	64,6	42,3	36,6	25,0	0,0	2238,2
		%	37,9	21,9	21,4	6,3	5,0	2,9	1,9	1,6	1,1	0,0	100,0
	1990-2002	Cresc %	4,1	22,6	44,1	23,5	38,9	60,0	19,4	82,7	181,7	-100,0	19,5
		Cresc. Abs.	33,7	90,1	146,6	27,0	31,1	24,2	6,9	16,6	16,2	-27,2	365,1
De 100 a 499 empregados	1990	%	46,3	20,3	15,2	6,8	4,8	1,9	2,5	0,8	0,4	1,0	100,0
	2002	Abs.	1899,6	943,6	901,4	315,3	234,5	132,2	118,4	55,8	34,6	0,0	4635,3
		%	41,0	20,4	19,4	6,8	5,1	2,9	2,6	1,2	0,7	0,0	100,0
	1990-2002	Cresc %	-8,8	3,0	31,9	2,6	9,5	56,5	4,6	51,6	89,0	-100,0	3,0
		Cresc. Abs.	-183,7	27,6	218,1	8,0	20,3	47,7	5,2	19,0	16,3	-45,3	133,2
500 ou mais empregados	1990	%	50,7	18,1	13,0	7,5	3,9	3,7	1,9	0,3	0,5	0,4	100,0
	2002	Abs.	1985,6	792,2	590,6	321,9	129,3	194,3	72,8	14,0	21,3	0,0	4122,1
		%	48,2	19,2	14,3	7,8	3,1	4,7	1,8	0,3	0,5	0,0	100,0
	1990-2002	Cresc %	-22,6	-13,4	-10,6	-14,8	-35,2	3,4	-26,1	-9,0	-13,8	-100,0	-18,6
		Cresc. Abs.	-580,5	-122,9	-70,0	-55,9	-70,2	6,4	-25,7	-1,4	-3,4	-19,3	-942,9

Fonte: RAIS – Ministério do Trabalho; elaboração dos autores.

OBS: Valores absolutos em milhares

¹⁶ De fato, os dados mais detalhados mostram que esse desempenho das *demais localidades* do Nordeste está intimamente ligado ao setor agropecuário. No total, este setor gerou no período 107.376 novos empregos, enquanto somente os grandes estabelecimentos industriais eliminaram 21.546 postos de trabalho formal no mesmo período.

Notas explicativas das abreviaturas: AM = Áreas Metropolitanas; CI = Centros Intermediários; DL = Demais Localidades; Abs = Valores absolutos; % = participação no total nacional para o ano especificado; Cresc. % = crescimento relativo no período; Cresc. Abs. = crescimento em números absolutos no período.

3.3.2 - O comportamento dos estabelecimentos industriais segundo porte

Concentrando a análise apenas no emprego dos grandes estabelecimentos industriais é possível ter idéia dos impactos da reestruturação produtiva no Brasil ao longo da década de 1990, pois estes respondiam por 37% do emprego industrial em 1990, diminuindo para 25% em 2002, resultado do desempenho negativo de -34,5%, ao longo do período, que significou a eliminação de 699.371 bons postos de trabalho¹⁷ (tabela 6)¹⁸.

Os subespaços mais afetados pelo resultado negativo dos grandes estabelecimentos foram as Regiões Metropolitanas do Centro Sul, que, sozinhas, foram responsáveis por 66% dos empregos eliminados, o que resultou em grande diminuição da participação destas áreas no total nacional, de 41,5% em 1990 para 28,5% em 2002. Outros subespaços que apresentaram crescimento negativo foram os *Centros Intermediários* do Centro Sul e as Regiões Metropolitanas do Nordeste, ou seja, a crise do emprego no setor industrial afetou principalmente as áreas urbanas mais significativas do parque industrial brasileiro.

Por outro lado, novas alternativas espaciais para os grandes estabelecimentos industriais estão sendo traçadas e mereceriam uma investigação mais apurada. A fração Norte é um bom exemplo. Apesar de pouco significativa em números absolutos, com exceção das *Áreas Metropolitanas* (Manaus e Belém), os demais subespaços aumentaram o nível do emprego formal em grandes estabelecimentos industriais.

No Centro Sul, não obstante a diminuição absoluta do número de empregos para este tipo de estabelecimento no período analisado, a participação das *Demais Localidades* no total nacional aumentou de 17,5% em 1990 para 26,7% em 2002. Entretanto, uma análise mais detalhada mostra que a tendência nas *Demais Localidades* havia sido de diminuição no nível de empregos entre 1990 e 2000, porém, nos dois últimos anos analisados (2000-2002) foram criados 71.975 novos empregos, ou seja, um incremento de 25,5% no estoque

¹⁷ O setor industrial é o grande responsável pela diminuição no número de grandes estabelecimentos, somente neste setor a diminuição foi de 490 estabelecimentos no período 1990-2002, 351 deles somente nas Áreas metropolitanas do Centro Sul. O único destaque positivo digno de nota foram as *demais localidades* do Centro Sul, nas quais 34 grandes estabelecimentos industriais surgiram ao longo do período.

¹⁸ Enquanto isso as micro e pequenas empresas industriais elevaram sua participação no emprego industrial de 23% para 34% no mesmo período, expandindo em 517.346 o estoque de empregos no período. Esse desempenho foi acompanhado de um aumento de 59.137 estabelecimentos. Do total aumentado para o Brasil, 48% dos estabelecimentos e 49% dos postos de trabalho incidiram apenas nas *demais localidades* do Centro Sul, o que fez este subespaço assumir a liderança em termos de participação no total nacional para este tipo de emprego. Estes dados podem está apontando para um importante dinamismo industrial, bem específico e

de empregos em um curto intervalo de tempo que garantiu o saldo positivo ao final do período 1990-2002.

TABELA 6: Distribuição do emprego formal dentro e fora da rede de localidades urbanas centrais e por estabelecimentos industriais com até 50 empregados e com mais de 500 empregados – Brasil, 1990-2002

Setor	Ano	Valores	Fração Centro Sul			Fração Nordeste			Fração Norte			IGNO-RADO	TOTAL
			AM	CI	D L	AM	CI	D L	AM	CI	D L		
Até 50 empregados	1990	%	41,5	22,8	17,5	5,8	2,4	7,3	2,2	0,1	0,2	0,0	100,0
	2002	Abs.	378,8	315,0	354,1	70,1	48,1	126,9	26,3	2,6	5,3	0,0	1327,2
		%	28,5	23,7	26,7	5,3	3,6	9,6	2,0	0,2	0,4	0,0	100,0
	1990-2002	Cresc %	-55,0	-31,9	-0,1	-40,4	-1,0	-14,5	-42,3	13,8	28,4	-100,0	-34,5
		Cresc. Abs.	-463,2	-147,6	-0,4	-47,6	-0,5	-21,5	-19,3	0,3	1,2	-0,7	-699,4
500 ou mais empregados	1990	%	43,9	19,8	25,0	3,8	2,6	1,8	0,9	1,0	0,8	0,4	100,0
	2002	Abs.	421,5	287,7	421,7	53,4	46,5	41,9	12,7	18,3	23,3	0,0	1327,2
		%	31,8	21,7	31,8	4,0	3,5	3,2	1,0	1,4	1,8	0,0	100,0
	1990-2002	Cresc %	1,6	53,7	78,7	49,6	89,0	152,8	46,3	99,1	196,9	-100,0	40,5
		Cresc. Abs.	8,9	135,8	251,0	24,0	29,6	34,2	5,4	12,3	20,9	-4,8	517,3

Fonte: RAIS – Ministério do Trabalho; elaboração dos autores.

OBS: Valores absolutos em milhares

Notas explicativas das abreviaturas: AM = Áreas Metropolitanas; CI = Centros Intermediários; DL = Demais Localidades; Abs = Valores absolutos; % = participação no total nacional para o ano especificado; Cresc. % = crescimento relativo no período; Cresc. Abs. = crescimento em números absolutos no período.

4 - Modernização do território e seletividade: considerações finais

Os dados sugerem que a tendência ao longo do período 1990-2002 foi de constante incremento do emprego formal nos municípios menores (aqui denominadas de *Demais Localidades*), prova disso é que nas duas regiões de maior peso no mercado formal, o Centro Sul e o Nordeste, estes subespaços ultrapassaram os *Centros Intermediários* de suas respectivas regiões em termos de participação no mercado de trabalho formal brasileiro. Destacam-se como grandes geradoras de empregos formais ao se inserirem cada vez mais na dinâmica moderna da economia, oferecendo alternativas locais para a desconcentração e/ou (re)alocação da atividade econômica no Brasil.

As tradicionais Regiões Metropolitanas, nodosidades que sempre dominaram o cenário econômico nacional, parecem ter perdido vigor em termos de geração de empregos formais ao longo da década de 1990, tendência esta que não se restringiu apenas ao Centro Sul, repetindo-se nos aglomerados metropolitanos das demais regiões. A resposta à crise

no setor formal experimentada pelas Regiões Metropolitanas configura-se no incremento do setor informal, ao lado da emigração¹⁹.

O setor de serviços, particularmente no período 1990-2000, sustenta o nível do emprego nas Regiões Metropolitanas do Centro Sul, e pode ser uma das chaves da interpretação dos novos processo de desconcentração da atividade produtiva no Brasil. É cada vez mais freqüente as novas atividades produtivas baseadas na separação territorial entre planta industrial e gerenciamento, que significa expansão da função das metrópoles como “*centros de gestão do território*” (Corrêa, 1996).

Para Milton Santos (1996), a expansão do setor quaternário, ancorado nas inovações tecnológicas e de alta tecnologia em comunicação, permite às metrópoles exercer o comando do processo de produção e acumulação do capital em escala nacional. Como resultado, a grande metrópole se encontra ao mesmo tempo em todos os locais do país, não sendo apenas uma referência concreta em um ponto do território nacional, mas uma imaterialidade que se manifesta pelo controle da informação em escala nacional. Entretanto, os efeitos desta modernização sobre as metrópoles é contraditório, o próprio Milton Santos aponta para o que ele chama da *involução metropolitana*, pois:

“ao mesmo tempo em que há uma modernização das atividades há também uma expansão da pobreza (...) isto é, há um crescimento econômico que não atinge a população como um todo. (...) A adaptação da economia a esta involução metropolitana caracteriza-se por uma segmentação, ou seja, uma proliferação de atividades com os mais diferentes níveis de capital, trabalho, organização e tecnologia, menores que no setor moderno, que surge como forma de suprir a demanda de empregos e serviços provocada por aquela modernização e que a economia monopolista não consegue atender.” (1990, p.32-33)

A agropecuária tem assumido cada vez mais importância na economia, tanto nas exportações quanto na geração de empregos formais fora dos grandes e médios centros urbanos do Centro Sul e do Nordeste. Além do mais, trata-se de uma atividade que em suas extensas cadeia produtivas envolve todos os tradicionais setores econômicos, do primário ao quaternário. Logo, muito do dinamismo verificado nos níveis inferiores da hierarquia urbana nacional pode ter origens no agronegócio.

Tal como ressalta Raffestin (1993), a divisão do trabalho e sua reconfiguração, não se restringe aos processos exclusivos da órbita da produção e circulação, mas engloba

¹⁹ Evidências relativas à saída de mão-de-obra mais qualificada em busca de melhores oportunidades em áreas mais dinâmicas do país foram mostradas em Matos e Ferreira (2004).

necessariamente as relações de poder. Logo, a discussão sobre as novas dinâmicas aqui apresentadas introduz alguma direção no entendimento do papel dos novos e antigos atores.

Num contexto de neoliberalismo, onde, em tese se esperar o afastamento do Estado das decisões locacionais sobre os investimentos, a *guerra fiscal* é um claro exemplo de que outros entes federativos assumem parte das funções antes restritas à esfera federal. Diante desse quadro, como se reorganiza a iniciativa privada e quais os efeitos de suas práticas sobre o território? O setor do agronegócio é um bom exemplo desta problemática, pois o “processo de adaptação das regiões agrícolas modernas se dá com grande rapidez, impondo-lhes, num pequeno espaço de tempo, sistemas de vida cuja relação com o meio é reflexa, enquanto as determinações fundamentais vêm de fora” (Santos, 2000: 93). E isso gera situações de comando que escapam da regulação local ou nacional.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Tânia B. de – “Nordeste, Nordeste: Que Nordeste?” In: AFFONSO, R.B.A. & SILVA, P.L.B. (orgs.) – Federalismo no Brasil: Desigualdades Regionais e Desenvolvimento. São Paulo, Fundap/Ed. Unesp, 1995.

ARAÚJO, Tânia B. de. Dinâmica regional brasileira nos anos noventa: rumo a desintegração competitiva? In: CASTRO, Iná Elias et alli (orgs.). *Redescobrimo o Brasil 500 anos depois*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil/FAPERJ, 2000 (p. 73-91)

BECKER, Bertha. *Modernidade e integração do território no Brasil*: da integração nacional à integração competitiva. Espaço & Debates: Revista de estudos regionais e urbanos. A. 11 n. 32: 47-56, São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, 1991.

BECKER, Bertha. Uma nova regionalização para pensar o Brasil? In: LIMONAD, Ester, HAESBAERT, Rogério, MOREIRA, Ruy (orgs). *Brasil século XXI por uma nova regionalização?* Processos, escalas, agentes. São Paulo: MAX Limonad, 2004.

CORRÊA, Roberto L. Metrôpoles corporações e espaço: uma nota introdutória ao caso brasileiro. In: CASTRO, Iná E. et alli (orgs). *Brasil: Questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996 (p. 67-114)

COSTANZI, Rogério Nagamine. *Evolução do emprego formal no Brasil (1985-2003) e implicações para as políticas públicas de geração de emprego e renda*. Texto para discussão no 1039, IPEA, Brasília, setembro de 2004 (35 pág)

DINIZ, Clério C. *Desenvolvimento poligonal no Brasil; nem desconcentração, nem contínua polarização*. Nova Economia - Revista de Ciências Econômicas da UFMG, Belo Horizonte, vol. 31, n. 11, 1993, pp. 35-64.

DINIZ, Clério Campolina. *A questão regional e as políticas governamentais no Brasil*, texto para discussão nº 159, CEDEPLAR/FACE/ UFMG, Belo Horizonte, 2001.

DINIZ, Clério C. BASQUES, Maria F. D. *A industrialização nordestina recente e suas perspectivas*. Fortaleza: BANCO DO Nordeste S. A., 2004.

EGLER, Claudio G. Questão regional e gestão do território no Brasil. In: CASTRO, Iná E. et alli (orgs) *Geografia: conceitos e temas*. 2ª ed. Rio de Janeiro:Bertrand Brasil, 2000.

- GTDN. *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*. Rio de Janeiro: 1959. 86p.
- JANNUZZI, P.M. *Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações*. 2ª ed. Campinas: Alínea/PUC-Campinas, 2003.
- MATOS, R. E. S. *Fixes and flows: Migration in contemporary Brazil*. In: 98th Annual Meeting, 2002, Los Angeles. The Association of American Geographers - 98th Annual Meeting. Los Angeles: The Association of American Geographers, 2002. v.1. p.1 - 410
- MATOS, Ralfo e BRAGA, Fernando. *Rede Urbana e Distribuição Espacial da População Brasileira*. In: Encontro nacional de população, 13., 2002, Ouro Preto, Anais..., Ouro Preto: ABEP, 2002. (30 pags) 1 CD-ROM
- MATOS, Ralfo. *O Brasil dividido e a Rede urbana fracionada*. Cadernos do Leste, Belo Horizonte, n. 5, LESTE/IGC/UFMG, 2003.
- MATOS, Ralfo e FERREIRA, Rodrigo Nunes. *Inserção ocupacional de emigrantes das Áreas Metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro*. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, Campinas, v. 21, n. 1, p. 49-74, jan./jun., 2004.
- MATOS, Ralfo, UMBELINO, Glauco. *Divisões do Brasil e a sugestão tripartite da rede de localidades centrais*. Congresso Brasileiro de Geógrafos, 6, 2004, Goiânia, Anais ..., Goiânia: AGB, 2004. 1 CD-ROM
- MONTE-MÓR, Roberto Luís de. Urbanização e Modernidade na Amazônia. In: LIMONAD, Ester, HAESBAERT, Rogério, MOREIRA, Ruy (orgs). *Brasil século XXI por uma nova regionalização? Processos, escalas, agentes*. São Paulo: MAX Limonad, 2004.
- MYRDAL, Gunnar. *Economic theory and under-developed regions*. London: Gerald Duckworth & Co. Ltd, 1957.
- OLIVEIRA, Elzira L. A dinâmica de terceirização do mercado de trabalho brasileiro. In: WAJNMAN, Simone, MACHADO, Ana Flávia. *Mercado de trabalho – uma análise a partir das pesquisas domiciliares no Brasil*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003, 384p. ISBN: 85-7041-388-2
- PACHECO, Carlos A. *Desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional*. Economia e Sociedade, Campinas, (6): 113-40, jun. 1996.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- RAMOS, Lauro. *A evolução da informalidade no Brasil metropolitano: 1991-2001*. Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise, IPEA, nº 19, junho 2002, p. 51-56.
- RAMOS, Lauro, BRITTO, Marcelo. *O funcionamento do mercado de trabalho metropolitano brasileiro no período 1991-2002: tendências, fatos estilizados e mudanças estruturais*. Texto para discussão nº 1011, IPEA, Rio de Janeiro, março de 2004 (24 pág.)
- RAMOS, Lauro, FERREIRA, Valéria. *Geração de empregos e realocação espacial no mercado de trabalho brasileiro - 1992-2002*. Texto para discussão nº 1027, IPEA, Rio de Janeiro, julho de 2004 (28 pág.)
- SANTOS, Milton. *O espaço geográfico como categoria filosófica*. Revista Terra Livre, no 5, São Paulo, AGB-Marco zero, 1981. (p. 9-20)
- SANTOS, Milton. Involução metropolitana e economia segmentada: o caso de São Paulo. In: RIBEIRO, Ana C. MACHADO, Denise B. P. *Metropolização e rede urbana: perspectivas dos anos 90*, p 12-45, Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 1990.
- SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*, 2ª ed, Rio de Janeiro, Record, 2000.

SANTOS, Milton. *A natureza do Espaço: técnica e tempo razão e emoção*. 4ed, São Paulo: EDUSP, 2004, 383 p.

SANTOS, Milton, SILVEIRA, Maria L. *O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI*. 3 ed. Rio de JANEIRO: Record, 2001.

SOUZA, Marcelo J. L. *Espaciologia: Uma objeção, crítica aos prestigiamentos pseudo-críticos do espaço social*. Revista Terra Livre, no 5, São Paulo, AGB-Marco zero, 1981. (p. 21-45)